

NECESSIDADE DO ENFOQUE HISTORIOGRÁFICO PARA EXPLICAR OS PROCESSOS SOCIAIS DO PRESENTE*

Irma A. Antognazzi**

*Tradução: Vera Lúcia Vieira****

Introdução

As reflexões a seguir advêm da preocupação ante a responsabilidade de receber centenas de novos estudantes universitários que, a cada ano, buscam na história e nas ciências sociais caminhos de exploração do mundo em que vivem. Jovens que estão submetidos a forte pressão por um discurso que, enquanto aparenta dizer-lhes que “jovens eram os de antes, os dos anos 70”, sem mediar explicação alguma, pinta-lhes o horror de torturas e seqüestros, de desaparecimentos de pessoas e os leva ao absurdo de “pedir justiça” a quem intuem que são os que provocam, hoje, tão grande violação dos direitos humanos, como a de relegar à miséria milhões de pessoas e pauperizar outros até o insuportável.

Em meu país, há uma demanda forte – não só entre os jovens universitários – para explicar o processo histórico mais atual, apesar de ser o período menos estudado, como observou o professor Josep Fontana em sua recente visita à Argentina. Desde o peronismo dos anos 40 até hoje, mantêm-se enormes períodos obscuros na história, que não são cobertos nem pelas universidades nem por linhas editoriais que chegam a conjuntos importantes de leitores, menos ainda pelos meios maciços de comunicação, embora, recentemente, venham aumentando as referências a esse período da história.

Fazer uma análise crítica, da forma como faziam as organizações revolucionárias nos anos 70, pode ajudar a desfazer nós. Mas isso não é suficiente se não analisarmos que viseiras estão sendo postas às ciências sociais, hoje, e decerto aos estudos históricos.

A luta revolucionária dos anos 70 pôs em evidência que não é suficiente “querer” mudar a sociedade.¹ Olhando hoje aquela experiência, podem ser detectadas as insuficiências nas análises do processo histórico: a luta de classes era baixada da teoria como se fosse um prumo (de um lado os burgueses, de outro os proletários). Não se via a história mesma, a riqueza das contradições dentro das classes, todas as formas que assumiam os enfrentamentos entre diversos setores sociais (políticos, econômicos, ideológicos). Não se viam as contradições cada vez mais agudas dentro da burguesia (a instalação, a partir de fins dos anos 50, de um processo de concentração capitalista e de formação do capital monopolista com interesses entrelaçados com o capital estrangeiro),² não se havia advertido em toda sua magnitude que o conjunto dos setores populares não havia tomado forma como força política, não tinha uma direção (vanguarda) própria, nem um projeto conjunto com alianças sociais visando a constituir uma frente política capaz de canalizar o enfrentamento que se levava a cabo de maneira frontal. Fazia-se passar uma falsa divisão, civis *versus* militares, o que impediu conhecer os interesses em jogo da oligarquia financeira em processo de gestação e de conquista do poder do Estado.

A situação do historiador e o compromisso da obra historiográfica

Dizíamos, em um trabalho anterior,³ que a sociedade humana está atravessando um período crítico de sua história, uma etapa de transição em que estão se esgotando as possibilidades de um modo de organização gestado em um longo processo e instalado em nível planetário há apenas um século e meio. Referimo-nos à “civilização” capitalista, entendendo por tal não somente as relações de produção específicas, mas também a superestrutura, que inclui a superestrutura político-jurídica e as múltiplas construções culturais. Ainda agora não estamos, no entanto, muito além do discurso vulgar que fala reiteradamente da “crise”. Dizemos vulgar porque, nos meios de comunicação, inclusive em profusa bibliografia especializada, pouco se aprofunda acerca do caráter desta crise, sua gestação e as características que a levam a ser única, como todas, mas profunda como nenhuma, já que compromete as raízes essenciais da sociedade capitalista (por colocar em tensão as forças produtivas e as relações de produção).

Advertimos que é comum associar ao termo “crise” as notas que fazem referência a supostos sintomas (“enfermidade”, “acidente”, “problema”, “erros”, “deformação”), como se se tratasse apenas de uma situação adversa a alterar uma suposta normalidade, equilíbrio ou estabilidade inerente aos processos históricos.

Essa superficialidade que os “trabalhadores intelectuais”⁴ demonstram na análise de um dos fenômenos-chave deste presente das sociedades humanas, com uma complexa trama de sintomas nas formas de vida e de relação dos indivíduos em cada sociedade e entre elas, leva-nos a nos determos na busca dos níveis mais profundos, que não aparecem a um observador desprevenido.

Um fenômeno social de tal magnitude necessariamente abala os cimentos das ciências sociais e da ciência histórica. Os historiadores têm visto crescer sua notoriedade entre o grande público, porque começa a generalizar-se uma intenção de conhecer o passado buscando a explicação do presente.

Sem dúvida, avaliando os trabalhos historiográficos que são oferecidos a especialistas e ao grande público, encontramos uma profusão de novelas históricas, descrições pormenorizadas de retalhos da vida cotidiana, trabalhos de jornalistas mais ou menos documentados ou sustentados por fontes orais ou estudos muito parciais, recortados, esartejados de todo, com escassa vinculação com o presente ou não inseridos no complexo processo histórico e com total desprezo pela teoria.

O que aconteceu com o trabalho historiográfico? Volta-se hoje a debater desordenadamente acerca de se a história é “mestra de vida”, se a história “se repete”, se a história chegou a um ponto sem retorno e sem alternativas diferentes do curso que vem tomando. Estas perguntas – que, isoladas de um contexto explicativo, são errôneas e insuficientes – não conduzem à busca de respostas satisfatórias nem permitem identificar uma posição crítica e reflexiva ante a situação que se vive hoje.

Entendemos que se produziu um esvaziamento da qualidade do historiador relativamente a seu compromisso com o objeto de seu estudo e com o papel histórico de sua produção historiográfica. Passou-se do criticar uma postura cientificista para uma incondicional postura subjetivista. Na primeira, a exigência de neutralidade ocultava a tomada de posição por detrás da aplicação de métodos das ciências naturais ou de análises numéricas, recorrendo a alguns mecanismos preconcebidos como equilibrados e harmoniosos, as “estruturas” e “sistemas” que intentaram imprimir ao conhecimento da história o caráter de “objetividade”. A segunda, a do subjetivismo incondicional, é a antítese. Renegando as teorias, não reconhece conceitos de validação científica, baseia-se na idéia de um relativismo absoluto em que “vale tudo”, porque são “pontos de vista” surgidos da “liberdade” do sujeito, a tal ponto que chega a negar a possibilidade de conhecimento, de alcançar “a verdade” e até a realidade mesma. O intuito de romper com certezas que atribuem a determinada concepção dogmática os torna temerosos, e isto debilita a possibilidade de conhecer e de decidir de que forma atuar com alguma possibilidade de obter o resultado desejado.

Estamos ante um abismo perigoso, a que conduz essa idéia generalizada de que é impossível conhecer tanta complexidade, tanta vertiginosidade dos acontecimentos, tanta profusão de informações. Dizemos perigoso porque se apresenta uma espécie de marasmo, de areias movediças diante das quais parece que a única coisa possível é colocar-se à espera de que se assentem, que se acalmem, que se aclarem, sustentando a velha idéia de que ao historiador compete estudar o passado e tomar distância dele.

A quem convém e a quem prejudica esse enfoque? Para produzir essa imagem de confusão, entendemos que estão trabalhando “trabalhadores intelectuais” institucionalizados, servidores do grande capital financeiro transnacionalizado, que dessa díspar correlação de forças obtêm proveito e mais possibilidades de subordinar o processo histórico a seu favor. Ainda que não tenham as mãos totalmente livres. Os povos, para atuar, não necessitam saber de análises científicas: movem-se com o conhecimento que lhes dá a experiência, mas por métodos de ensaio e erro, em épocas em que as ciências já acumularam notável bagagem de conhecimento sobre as leis que regem o movimento da matéria. Sua posição é de debilidade ante os que controlam efetivamente os fatores em jogo.

Estas reflexões nos conduzem a uma primeira conclusão: o trabalho do historiador comprometido com a busca da verdade – mais precisamente, o que aqui chamamos enfoque historiográfico –, entrelaçado com o dos demais cientistas sociais, é de caráter urgente. Nem científicista nem subjetivista: os povos requerem o trabalho sério de historiadores, que permita desvelar a natureza dos fenômenos sociais atuais, suas relações com a gênese do capitalismo, o caráter das múltiplas faces dos fenômenos culturais, étnicos, o papel das leis objetivas do movimento e da consciência prática em uma multitude de paralelogramos de forças. A tal ponto é importante a obra historiográfica que pode contribuir para encontrar o caminho que conduza à salvação da humanidade no planeta.

Queremos trazer à reflexão a questão do compromisso do historiador. Falamos de um compromisso consciente, explícito e verificável no campo científico. A serviço de que interesse está colocado o trabalho do cientista social e do historiador? Da busca da verdade, do conhecimento e, portanto, da busca de explicações, retificações e soluções dos problemas? Ou na busca de ocultar os mecanismos que se descobrem com a investigação, para manter o *status quo*? Entendo que é fundamental que o historiador seja consciente de sua inserção na sociedade e da importância de sua obra.⁵

A formação dos historiadores, o papel da teoria

Nós, historiadores – docentes e pesquisadores –, somos formados majoritariamente através da informação sobre fatos, particularmente do passado. No melhor dos casos, conduzem-nos a conhecer os processos, mas não se aprofunda a concepção da história. Em nossos planos de estudo, alguma “introdução à história” coloca os estudantes em contato com teorias da história ou “escolas”, uma espécie de história de teorias, descontextualizada do processo histórico que as originou e sem pôr à prova a sua eficácia para explicar a realidade social. Costuma-se incluir “algumas teorias” (sociológica, política e econômica), mas como mostras de uma série de pensadores, por meio de retalhos de suas obras e, geralmente, excluídas do momento histórico em que surgiram, donde não há um olhar que permita entender a totalidade de cada uma delas. São apresentadas como distintas quando, na realidade, são variações do mesmo modelo de análise. Desconhecer a base filosófica ou não ter ferramentas para descobri-la remete os historiadores a trabalhar com as fontes de fatos mais ou menos distantes no tempo, mais ou menos importantes ou significantes. Para quem? Como selecioná-los? A partir de que critérios? Estas e outras questões costumam ficar reduzidas a aspectos técnicos.

Não se capacitam os futuros historiadores para descobrir posturas filosóficas nos trabalhos historiográficos próprios ou nos de outrem. Nem se fala do materialismo histórico dialético. Ao desqualificar uma teoria como esta (que já nem se nomeia, por temor de receber o mote de dinossáurico ou ortodoxo), perde-se o significado de suas partes internas. Sem a base materialista e o jogo dialético, fica limitada a um conjunto de termos isolados que podem ser usados por qualquer um e com qualquer argumento para justificar qualquer coisa. A filosofia materialista dialética dá a vida, a ductilidade, a mobilidade à teoria.

Hoje, vigora uma pressão acadêmica institucionalizada para que se estudem as teorias “mais novas”. Cataloga-se como “obsoleto” tudo o que foi escrito no século passado, particularmente visando defenestrar o materialismo histórico-dialético. Isto se exige nos concursos, em programas de estudos. Nas bibliografias dos artigos e programas de disciplinas devem estar os “filósofos” atuais. Coisa curiosa! Têm imprensa, os filósofos! Talvez seja irreverente perguntar quem lhes põe a patente de filósofos e os lança, via *mass media*, a todos os habitantes do globo. Saem nos diários de maior tiragem, são entrevistados pelos jornalistas políticos de maior renome. Ninguém vai mais além da descrição de alguns fenômenos. Todos coincidem: “o marxismo não serve porque as causas dos problemas atuais não são econômicas, mas étnicas e religiosas; as classes sociais foram substituídas por ‘movimentos sociais’; a riqueza é produzida pelo jogo das bolsas, e não pelos trabalhado-

res; a classe trabalhadora não existe mais, está sendo substituída por computadores e robôs; o neoliberalismo triunfa e afoga as experiências de socialismo”. Todos coincidem em descrever o lamentável estado de convulsão, miséria, pobreza, criminalidade, taxas crescentes de desocupação e afins que tem o mundo de hoje, mas não revelam o caráter do capitalismo nem os esforços dos povos para exigir justiça. Dão cifras crescentes minuto a minuto da suposta dívida externa, mas, no momento de abordar “ajustes” e “cortes no orçamento”, justificam-nos como necessários – para quem? Por quê? Parece que esses assuntos não podem ser abordados pelos cientistas. Essas são questões “políticas”, afirmam. Outro “se” de seu discurso é que não há outro caminho possível para a humanidade nesta etapa. Negando – sem afirmá-lo de maneira explícita – o papel da consciência sobre a história, sobredimensionando o plano objetivo “necessário” e ocultando o papel de “sua” consciência, de “sua” política, a dos grandes e poderosos interesses financeiros transnacionais. Quando, precisamente, é uma das críticas mais fortes que fazem ao marxismo!

Novos fenômenos exigem novas respostas e vão servindo de acicate à ciência. Nestes 150 anos de desenvolvimento da sociedade capitalista, desde que a ciência chegou a desentranhar as leis de seu movimento, numerosos pensadores, para além de sua intenção, vêm incorporando desenvolvimentos parciais que têm enriquecido a teoria e o conhecimento da sociedade. Ante a barbárie da realidade que mostravam os fascismos, natural que os pensadores “democráticos e progressistas” tenham querido analisar o fenômeno do autoritarismo, os comportamentos dos povos, os gostos, a sociologia de massas, fenômenos novos que irrompiam junto com a inovação técnica do rádio e do cinema, e que logo se ampliariam, com a televisão e a informática. Foi natural e necessário que tenham notado esses fenômenos e se propusessem a desentranhá-los e que se chocassem com as leituras dogmáticas que faziam da teoria, em geral privada de sua riqueza dialética. Mas não foi natural que esses trabalhos tenham sido feitos à parte do marxismo, contrapostos às suas bases teóricas, em lugar de ver como a teoria estava sendo enriquecida pelos avanços a que os levava, necessariamente, o movimento da sociedade, em sua complexa trama de contradições. De cada um deles, algo serve para explicar o presente. Mas, para poder discernir para que servem, há que se situar como historiador e como cidadão do mundo: pelos interesses de um ou outro grupo transnacional, que arroga para si todo o planeta e a direção da história, ou pela causa da humanidade. Pela busca de prestígio acadêmico e privilégio econômico individual ou com altruísmo, a partir da inserção como membro da sociedade humana.

As acusações ao materialismo histórico foram de diferentes tipos: que é ideologizante, que promove violência, que é economicista-determinista, que desconhece fenômenos que não são estritamente econômicos, que é dogmático, mecanicista, que pode ter sido válido

para o século passado, mas a sociedade mudou.⁶ Consideramos que grande parte dessas críticas provém de uma leitura insuficiente da teoria. Por exemplo, os que pretendem superar as supostas carências do materialismo histórico com os estudos da vida cotidiana, das mentalidades, das pautas culturais, não levam em conta obras como *A situação da classe operária na Inglaterra*, de Friedrich Engels,⁷ escrita em 1845.

É um claro exemplo do papel dos sujeitos de carne e osso na história, com suas condições físicas, psíquicas, intelectuais e culturais. É um trabalho de antropologia de campo, um trabalho daqueles que propõem como novidade uma suposta “nova história”. Uma obra que toma a questão das mentalidades e a vida cotidiana. Onde está a diferença com todos esses tipos atuais de narração da moda? Que não é uma mera descrição de fatos curiosos ou atrativos para o leitor. Engels está olhando essa realidade a partir do marco teórico que estava construindo; a partir de sua totalidade, a partir do que lhe provê a teoria acerca das novas relações sociais em construção na sociedade capitalista de então. Por isso, a extraordinária riqueza dessa obra, que não sucumbe ante uma superficial descrição, mas que enriquece o marco da teoria que estava nascendo.

O discurso “oficial” enterrou o materialismo histórico há várias décadas, mas pode-se associar seu réquiem à queda do muro de Berlim. Sem dúvida, ocorreu uma constante em trabalhos de historiadores que não puderam negar a teoria materialista dialética: ocorreu uma releitura da teoria nas experiências revolucionárias dos anos 60-70 na América Latina; outra vez, as práticas em seu nome e a incapacidade do povo de alcançar o objetivo da tomada do poder do Estado foram lidas como fracassos da teoria.

Diversos fatores podem estar atuando na negação do valor científico da teoria do materialismo histórico dialético. É provável que esteja agindo, inconscientemente, a autocensura, resultado da memória coletiva das perseguições aos marxistas. Caso que ainda ocorre, por exemplo, com intensidade, na Argentina. É difícil para um intelectual reconhecer que foi cedendo ante as pressões repressivas do poder e que, para moldar-se às novas possibilidades que se lhe abrem, necessita acomodar-se ao espaço intelectual “oficial”. É difícil reconhecer que se submete às pressões econômicas, salários baixos e políticas de incentivos à investigação ditadas pelo poder. É fácil para um “trabalhador intelectual” elaborar justificativas das viragens que produziu em suas posições acadêmicas e políticas. Este é um fenômeno observável, na Argentina, entre os que foram intelectuais orgânicos nos anos 70 e hoje são intelectuais institucionalizados.

O trabalho do cientista é tratar de descobrir. Mas o poder entende que a tarefa do trabalhador intelectual é estar a seu serviço, o que implica “encobrir” a realidade e negar a teoria que permite explicá-la em seu movimento. Os intelectuais do poder financeiro tratam de “endereçar” os processos na direção que necessitam porque sabem, na realidade, que,

se não colocassem as mãos na história com a violência material ou intelectual, ideológica ou institucional, não veriam os seus propósitos satisfeitos. Deixam para si próprios as utopias; tomam para si mesmos o princípio de que a teoria é um guia para a ação; deixam para si a essência da luta de classes, zona de conflitos na qual entram para dominá-la conforme seu desejo.

O historiador deveria ter uma formação teórica e metodológica tal que lhe permitisse conhecer a história da sociedade, incluindo a do presente, a de sua ciência e a de si mesmo, para discernir e tomar partido. Não é requisito exclusivo do historiador e dos cientistas sociais. De todo cientista se exige estar à altura do que as ciências desenvolveram à sua época.

A formação teórica a que apelamos, entretanto, nada tem em comum com a vulgarização do conceito de teoria. A teoria não é dogma, é guia para a ação; a teoria é seca, verde é a árvore da vida; a teoria não é a história mesma; é ferramenta para conhecer, não é o conhecimento. A teoria não é um espartilho a estreitar a atividade do cientista; ao contrário, dá instrumentos para abrir, para olhar; não põe valas, abre comportas; uma teoria não é uma receita, é um olhar coerente, que exige ser conhecida como tal em toda a sua magnitude, para ser colocada à prova – sempre como instrumento, não como fim; é uma arquitetura (também na arquitetura de um edifício há movimentos e tensões dos materiais que a compõem), não são partes soltas, nem sequer juntadas em justaposição.

Perdeu-se a visão historiográfica acerca de que as teorias são produtos históricos, não lineares, nem reflexo mecânico, mas dialeticamente contraditórias com a sociedade em que se produzem. Uma visão esquemática e dogmática generalizada levou a confundir teoria científica com dogma. Confundiu-se o caráter explicativo de uma teoria com a aplicação mesma. A declaração de que se assume a teoria ou de que se opera em seu nome não necessariamente significa aplicá-la em toda sua amplitude filosófica e metodológica. Ademais, e sobretudo, porque uma teoria não é a realidade mesma, que sempre é mais rica e mais complexa e escapa a um controle absoluto, embora se possa atuar deliberadamente sobre ela.⁸

A dificuldade de separar – ou unir – teoria e prática de maneira dialética foi fazendo perder de vista a riqueza da teoria, confundida com as aplicações políticas ou a história mesma. Embora a intelectualidade que tinha pé no marxismo tenha tentado “revisá-lo”, crendo ver a necessidade de corrigi-lo, limá-lo de um suposto dogmatismo, não partindo da teoria mesma, mas da prática que se fazia em seu nome. Desde então, os conflitos e os problemas sociais são vistos como insuficiências do marxismo, como se fosse inerente à teoria a idéia de harmonia, imutabilidade, equilíbrio.

Custa ver o contraditório dos processos, a sinuosidade dialética de sucessivas negações de negações, quando as formas que se apreendem na sociedade acerca de como pensar, como conhecer, como ler a realidade estão fundadas em um pensamento mecânico e linear.

Atualmente, ante a insuficiência das ciências sociais e da historiografia oficial para dar resposta às interrogações formuladas do ponto de vista dos setores populares, e ante as experiências de vida em uma sociedade que já mostra mais descaradamente os interesses sociais enfrentados, há um olhar inquieto no campo dos estudantes – a pergunta pela teoria, a pergunta pela explicação que só a ciência pode responder. Estamos entrando em um momento crucial para o desenvolvimento da teoria da história e das ciências sociais.

Acerca do sujeito

Instalou-se com frequência no discurso hegemônico a idéia de que o Estado, os mercados ou os capitalistas operam com sentimento, vontade, raciocínio ou irracionalidade. Ao ocultar a ação dos sujeitos concretos e as regras do jogo, próprias do capitalismo, devem recorrer à antropomorfização de objetos. Segundo o discurso “oficial”, os mercados costumam estar “nervosos...”, “desconfiados”, sem abordar a questão do que é o mercado, qual é sua gênese, que formas adota no capitalismo e, mais concretamente, nesta etapa imperialista, como operam os donos do grande capital financeiro transnacional nos mercados em nível mundial. Em suma, ocultam a questão de quem – quais – são os sujeitos que movem as massas de capital, embora já sabedores das conseqüências que acarretam para os povos do mundo.

Foi-se alijando no discurso “oficial” a raiz humana do processo histórico, colocando como motor dos fatos o azar, a fatalidade, o casual, deidades ou demônios, anulando o reconhecimento de que as ações históricas são produzidas pelos sujeitos humanos no tempo e no espaço, quer dizer, sob determinadas e particulares condições histórico-sociais.

É essencial saber quem – quais – produz as ações significativas no desenvolvimento das sociedades, deliberadamente ou não, conscientemente ou não. Mesmo quando se faz menção aos “grupos econômicos” – geralmente descritos, inclusive denunciados –, se os apresenta como um mal necessário, até eterno, quando se agrega que sempre houve poder. Quando analisados na gênese do capitalismo, no marco da lei da concentração dos capitais e sua expansão na etapa imperialista na história da civilização no tempo presente, somente a menção aos grupos econômicos não basta para entender a possibilidade de movimento,

a transformação, a possibilidade de encarar alguma direção diferente para esta história que vivemos e que, vista desta forma, não permite festejar com muito entusiasmo o fim do milênio.

Os interesses contraditórios no seio das sociedades e a forma como condicionam as condutas humanas vêm sendo estudados e fundamentados cientificamente desde o século XIX, quando os fenômenos próprios da sociedade capitalista já se mostravam abertamente. Se hoje se segue ocultando esse descobrimento científico na análise dos processos sociais, não se pode atribuí-lo à falta de uma teoria explicativa (isso já seria grave), mas, sim, a uma negação deliberada desta.

A importância da questão para o trabalho historiográfico não está somente em detectar um sujeito-personagem, nem sequer um sujeito coletivo, mas em descobrir os interesses objetivos e os subjetivos que intervêm em sua ação – participação – na história.

*Acerca do conceito de processo histórico e do caráter histórico do presente:
o protagonismo no que fazer da história*

Há uma afirmação que é comumente aceita sem reflexões: a história estuda o passado, e as ciências sociais, o presente; a primeira, um enfoque diacrônico, as segundas, sincrônico. Essa distinção supõe um corte categórico entre passado e presente, sem que se tenha podido esclarecer onde termina o passado para entrar no presente, porque se trata precisamente de um corte contrário à natureza do devir histórico. As sociedades humanas o são no tempo e no espaço; a matéria toda é, no tempo e no espaço. Pois bem, o que queremos dizer quando afirmamos que o presente é histórico? Por um lado, que traz dentro de si processos que vêm, que começaram a se desenvolver em outras épocas e em outros lugares e que, por sua vez, estão se produzindo, em uma rica e muito complexa concatenação de múltiplos fatores na qual convivem o “velho” e “o novo” que vai despontando. O presente é parte de um processo no tempo, não se trata de uma entidade diferente do passado.

A explicação dos processos sociais não está predeterminada pelo passado, mas é uma criação – recriação – cotidiana. Cada momento do presente é uma nova configuração de fatores de diversas origens, com seus respectivos processos de gestação, em que se vão desenvolvendo tendências e possibilidades para o futuro.

A visão historiográfica é oposta de maneira absoluta à afirmação de uso corrente “sempre foi assim e assim será”, instalada na consciência da sociedade a partir dos discursos hegemônicos. É comum escutar expressões que pareceriam vir do senso comum, mas que não são só produto de uma observação empírica individual, porém se transmitem dos

intelectuais institucionalizados, dos meios de comunicação de massa, da educação sistêmica. “Sempre houve miséria”, “sempre houve propriedade privada”, “sempre houve delinqüência”, sempre estão tapando a originalidade dos processos de transformação da matéria social, estão ocultando a história, o movimento, as novas condições geradoras de situações que só na aparência são semelhantes, o que possibilita dizer “a história se repete”. Não modifica esta crítica a quantificação dos fenômenos que os cientistas sociais analisam e que conduzem a afirmações como estas: “delinqüência houve sempre, mas está crescendo”; assim, agrega-se mais uma informação à descrição. O “sempre” e o “nunca” tiram dos homens o caráter de protagonistas da história e os coloca na condição de meros espectadores, que devem padecer ou conformar-se.

As rotundas críticas a Francis Fukuyama, com sua falaz teoria do “fim da história”, não lhe correspondem porque era membro do Departamento de Estado dos Estados Unidos, mas por sua concepção antidialética e anti-histórica, idealista deformada, para justificar uma realidade que convém a alguns setores da sociedade, para os quais não devem ser mudadas as regras do jogo porque são as que lhes garantem o crescimento de seus capitais. Apesar dos desejos de paralisar a história, de um Fukuyama e da oligarquia financeira transnacional que dele necessita, as sociedades seguiram movendo-se e produzindo cada vez mais, a olhos vistos, uma complexa trama de contradições sociais. Nem os grandes esforços para querer fundamentar a não existência das ciências sociais deram resultado. Nem mesmo os que se empenharam em mostrar o fim da classe operária ou o “fim do trabalho”⁹. O desenvolvimento da história das sociedades, emoldurado em uma situação planetária que chamam “globalização”,¹⁰ põe cada vez mais a nu o choque dos interesses de classe manifestados de forma rica e multifacetada. Um discurso “oficial” acerca de que se entrou em uma nova e desconhecida “civilização”, para a qual não há teoria disponível, é outra falácia que defendem os encobridores profissionais e seu séquito.

Se tivesse sido aceito o caráter do processo histórico como desenvolvimento/movimento da sociedade em uma trama complexa multifacetada, com infinitas forças em jogo, conscientes ou não, naturais e sociais etc., não haveria que tocar neste tema. Mas ainda não está instalado este caráter. Pior: está postergado desde que se passou a falar do “fim dos grandes paradigmas”; os trabalhos historiográficos ficaram reduzidos a boas narrações de tempos passados sem conexão com o presente e os trabalhos sobre o presente, que as ciências sociais produzem, são descrições de fenômenos diversos, sem sua gênese e sem concatenações.

Pensar o presente como histórico, a “história-agora”, resulta em tomar uma força que se dilui se for pensada apenas e tão-somente como presente. No presente, estão interagindo múltiplas forças de distinto peso, espessura, importância, não paralelas, mas em enfren-

tamento, algumas, linhas novas, outras que vão desaparecendo, outras em desenvolvimento pujante, e tudo isso, combinando-se de uma maneira particular e própria, origina um resultado único em sua particularidade, mas formando um tipo de sociedade ou de organização do social. Neste presente aonde chegam todos esses vetores de forças, estamos atuando milhares de milhões de pessoas, conscientes ou não de nossos atos e de seus resultados, fazendo parte ou não de forças sociais com maiores ou menores possibilidades de incidência.

O presente é histórico não apenas por sua gênese, não só pela ingerência de vetores novos – a particular combinação de forças que o constituem –, mas porque neste presente as condutas estão incidindo no processo, no resultado. Mesmo sem sabê-lo, mesmo sem querê-lo. Este presente é, então, história, não porque venha do passado, mas porque vai para o futuro. Não é um corte – ou, se caso se queira, pode-se pensar assim só com o fim de nos situarmos de onde estamos parados. Sem dúvida, e mesmo admitindo um transcórre permanente, é necessário caracterizá-lo na intimidade de seu movimento. Se não avançamos nisso, o que chamo tomada de posição, nosso trabalho de historiadores não somente não servirá para ajudar-nos como humanidade a resolver o dilema no qual nos encontramos, mas até contribuiremos para que se agrave a destruição que já se está produzindo nas populações e no *habitat* de grande parte do planeta.

Revalorizar o presente como histórico conduz a destacar a importância do protagonismo – ação consciente, não de poucos, mas de multidões que lutam para entrar na história, para conseguir as condições de vida de que necessitam, que concebem ou que imaginam. O cenário das sociedades atuais exclui do protagonismo consciente milhares de milhões de pessoas, que, sem dúvida, operam, geram vetores de força, mas de uma magnitude relativamente débil com respeito aos objetivos que se propõem. Se esses movimentos contassem com um guia consciente (com a consciência da necessidade), a possibilidade de plasmar uma força no *que fazer* da história seria outra. Observar isso não é uma concepção elitista, pelo contrário. Os intelectuais que podemos ascender ao conhecimento científico – e mais ainda, os que podemos ascender a uma postura consciente, a um compromisso como parte da humanidade – somos uma parte ínfima da sociedade. Isso aumenta nosso nível de responsabilidade no *que fazer* da história, e não só em estudá-la: pôr a história em debate.

Este pode chegar a ser o ano da decolagem da história para servir à humanidade, o ano em que começam a se revelar as mentiras preparadas pelo poder; em que se começa a apontar com o dedo acusador os que usurpam o papel de predicadores da verdade quando, simplesmente, adotam a pose de críticos e só denunciam o que é evidente e ocultam o que devem descobrir para toda a humanidade. Uma nova Escola da História, que sirva para *fazer* a história, e não só para estudá-la. Não se trata de fazer um comunicado, mas um plano

de trabalho de uma nova corrente da Ciência da História. Chegar aos meios de comunicação, às escolas, às editoras, difundir nossos escritos, fazer caretas, desnudar vestais, limpar imundícies, buscar e buscar, descobrir; não partir de um laboratório, mas das experiências criadoras dos povos; escutar, olhar, observar, com a teoria como guia, mas sem vendas nos olhos, sem justificativas; que nossa obra de historiadores e docentes da história não nos envergonhe nem nos isole; que sintamos que, em nossa obra, tanto o que estudamos como o que fazemos, para quem o fazemos, a quem servimos se converte em uma ferramenta útil para a ação em mãos dos povos.

Nós, historiadores, estamos no olho da tormenta. Se vemos nossa ciência como tal, se nos situamos a partir do melhor que tem sido produzido até o momento, poderemos assumir a responsabilidade que nos compete ante os povos que estão fazendo história, mas que poderiam fazê-la conscientemente, mais de acordo com as suas necessidades. A história não é feita só pelos que a escrevem nem pelos que a estudam. Os povos são os atores em sua luta, mas em épocas em que as ciências avançaram tanto, em que nosso objeto se tornou tão complexo, não é possível deixá-los submetidos ao método de ensaio e erro. Ou, pior ainda, sem sequer poder perceber (ensaiar), porque lhes estão tirando a força, a vontade de provar, os sonhos para imaginar e até mesmo a vida.

Não creio que nós, historiadores, fazemos a história, mas a humanidade poderá andar por caminhos mais claros se desnudarmos os interesses em jogo e encontrarmos as formas de nutrir de ciência o povo. Assim, poderão ir gerando novos emergentes, expoentes de seus interesses e convicções. A história não terminou. Está mais claro que nunca.

O aporte dos historiadores que nos sentimos pertencentes à humanidade é não só ser porta-vozes das denúncias, das penúrias, mas referentes de seus sonhos e de suas esperanças. Marx e Engels, em seu momento, descobriram os mecanismos de desenvolvimento da sociedade, baseando-se no melhor da ciência de sua época, mas em uma síntese nova, e puderam explicar o novo fenômeno: capitalismo. Hoje, este imperialismo – para o qual nos ajuda muito a categoria de análise que Lênin desenhou – está na etapa da barbárie, de sua podridão. Mas mesmo em sua decomposição não pode desaparecer, porque nós, humanos, ainda não fomos capazes de dar forma ao novo. Muitas experiências tem feito a humanidade. Tudo isso serve para a construção do novo. Tudo isso é um dos temas mais escabrosos. Como revelar os novos fenômenos de luta, de protesto, os novos desejos coletivos de paz e segurança? Os grandes popes da história e a filosofia do século XX, coroados pelas empresas editoriais e grupos financeiros, obrigam à exclusão de milhões de seres pensantes, estudando seus livros para repetir o que apresentam como a verdade revelada, sem postura crítica, movidos por modas intelectuais mais que por afinidade filosófica ou científica com seus interesses.

Conclusões

Não esgotamos o tema. Só fizemos uma enunciação sumária. Tudo isso requer mais aprofundamento, tomando-se a teoria originária e relendo-se as formas como vem sendo aplicada em diferentes circunstâncias históricas.

Podemos agregar a menção a outra gravíssima tergiversação do enfoque historiográfico que o marxismo tem aportado, mas que também o foi pela Escola dos Annales e pelo estruturalismo. Trata-se da visão global da sociedade. Embora com duas concepções distintas – o estruturalismo como inter-relações de partes, e o materialismo histórico como unidade dialética e luta de contrários –, permitiu encontrar um sentido à parte. Com o decreto do “fim dos grandes paradigmas”, pretendeu-se negar a possibilidade de abordar a essência dos processos históricos em sua globalidade e amplo desenvolvimento temporal e se abriu a porta para toda classe de histórias parciais, setoriais ou micro-histórias que, mesmo com um grande preciosismo documental e de tratamento das fontes, deixaram de fora os contextos globais.

Essas rupturas do que denominamos o enfoque historiográfico deixam as sociedades carentes de espírito crítico. Dão-se argumentos no interior de uma lógica que parece perfeita. Vejamos alguns exemplos acerca da questão do trabalho e da desocupação. Ante as vozes desesperadas dos que reclamam por frentes de trabalho, ante a preocupante onda de desocupação, lançou-se um discurso em torno de várias obras que chegaram a ser *best-sellers* (*O fim do trabalho*, de Rifkin, e *O horror econômico*, de Viviane Forrester). Um destes discursos observava que a luta para encontrar trabalho é a prova de que “hoje os trabalhadores lutam para serem explorados”, enquanto o desenvolvimento tecnológico é infinito e seria a causa do dito fenômeno em nível mundial. Os que levantam esse discurso sabem de mais-valia e de exploração, por isso podem usar esse argumento para ocultar o sentido de uma ação desesperada pela sobrevivência a que estão obrigadas milhões de pessoas em todo o mundo. Mas, por alguma razão, oculta-se a verdade aos povos. Bem: a quem convém que os povos se metam na história conscientes de seus interesses?

O enfoque historiográfico é, necessariamente, uma análise da sociedade a partir da ótica das classes sociais. Só um olhar raquítico, privado da integralidade da teoria veria nesse enfoque uma visão esquemática e formalista da sociedade. Olhar desta ótica aponta para as relações de produção na base da sociedade, em seu foro íntimo, em sua essência. Mas não significa encobrir nem esconder as múltiplas mediações de uma sociedade complexa. Não nega os setores e frações, os setores que não são classes no sentido estrito do

termo, as mediações políticas, sociais, culturais, religiosas, tradições, costumes, etc. É um guia para ir mais além do aparente, da visão superficial que, muitas vezes, é fomentada para ocultar outros planos.

Os objetivos do grande capital financeiro, traduzidos em sagazes discursos elaborados por especialistas das “ciências sociais”, são levados rapidamente, acriticamente, sem reflexão, às universidades, e aí se formam os especialistas em comunicação social, os politólogos, todos os cientistas sociais que, imediatamente, saem a espalhar como grandes ventiladores essas falácias, adaptando-as aos distintos públicos, fazendo eco, às vezes sem sabê-lo, a interesses alheios, que nem sequer são os seus próprios.

Para deixar tudo isso claro, dizíamos que há que se animar e tirar do rincão dos velhos baús para onde foi empurrada a teoria materialista dialética da sociedade humana, liberá-la de tanto lastro adocicado, enriquecê-la com experiências históricas, descobrir por que se afastou do mundo intelectual de hoje, em que foi insuficiente em sua época, em que é insuficiente para entender os fenômenos atuais, e quando resultar ineficaz numa explicação, negá-la dialeticamente, e não renegá-la de maneira absoluta ou metafísica.

Ora, para fazer este processo, necessitamos aprender outra vez o que é uma teoria. A teoria materialista histórico-dialética possui, como toda teoria, um forte componente filosófico, que ficou oculto quase desde sua origem. O notável é que os fundadores dessa teoria explicitaram suas concepções filosóficas e as desenvolveram extensamente e, apesar disso, ficaram esquecidas. Uma teoria não é nem um mero conjunto de conceitos nem uma trama prefigurada, em meio à qual há que se encaixar peças na marra. Uma teoria abre caminhos, é um ponto de vista para descobrir. Que outra coisa tem de fazer um cientista mais que isso? A repressão, as modas, os costumes, as falsas exigências de inovação (falsas, pois supõem que o mais próximo no tempo é o mais novo, quanto podem ser meras revisões do mesmo e o efetivamente distinto pode ter ficado oculto), tudo isto esvaziou os historiadores do fundamento filosófico dessa ciência e do necessário debate filosófico.

O grande divisor de águas entre o materialismo e o idealismo está encoberto. Obscurecido hoje a ponto de se duvidar da existência da realidade, por trás da virtualidade que mostram os meios informáticos, parece que se quer esconder a realidade ou fabricá-la artificialmente com os *reality shows*. Como se as guerras nem tivessem existido no cenário geográfico social propriamente dito, porque seriam apenas combinações de infinitos pontos na tela da TV ou do computador. A negação da realidade e a impossibilidade de conhecê-la estão obnubilando a mente de nossa geração. Mas não podem ocultar as evidências da “podridão”, como disse Saramago, ao referir-se ao mundo de hoje.

Antes que a humanidade tenha podido incorporar o materialismo histórico e dialético, passou-lhe por alto. Difundiu-se o “fim dos grandes paradigmas” por decreto. A comuni-

dade acadêmica do poder desenhou uma estratégia notável. O curioso é que a elaboraram a partir da teoria que eles são os primeiros a refutar. Se a escondem, perseguem-na e a deformam, é simplesmente por saberem de sua efetividade para explicar a realidade. Tão efetiva que desnuda os mecanismos do poder e, ao fazê-lo, abre as comportas que contribuem para a luta dos povos para mudar as regras do jogo. Ocultam-na. Buscam-se pretextos: “subversivos, geradores de violência”, ou simplesmente qualificam-na como “teoria do passado, útil para outra época, que já passou, agora há que pensar a história do novo”, etc. Muitos argumentos foram dados pelos próprios seguidores dogmáticos da teoria, que tomaram parcialmente a obra científica de Marx, Engels e Lênin e não souberam incorporar a este embasamento aportes posteriores. A visão estereotipada, mecanicista, dualista, absoluta, em termos de causa e efeito, branco/preto, obstaculizou o enfoque dialético. Descobri-lo na matéria em movimento, no processo do conhecimento e no pensamento e levá-lo conseqüentemente à prática não é tarefa fácil, mas é a grande tarefa dos historiadores que nos situamos no campo da humanidade.

Tradução autorizada em outubro de 2004

Notas

* Atas do II Congresso Internacional – História em Debate, celebrado em Santiago de Compostela, 14 a 18 de julho de 1999.

** Universidade Nacional de Rosário, Argentina.

*** Professora Doutora do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. Coordenadora do Centro de Estudos de História Latino-americana.

¹ ANTOGNAZZI, Irma. “La lucha armada y la estrategia politica del PRT-ERT”. In: ANTOGNAZZI, Ferrer. *Del rosariazo a la democracia del 83*. Rosário, Argentina, Escuela de Historia. Facultad de Humanidades y Artes. UNR, 1995.

² Id., “Tensiones dentro de la burguesía en Argentina. La ruptura del pacto social (1973-74)”. In: *Argentina, raíces históricas del presente*. Rosário, Argentina, Escuela de Historia. Grupo Hacer la Historia. Facultad de Humanidades y Artes. UNR, 1997.

³ Id., Forma política de la crisis en Argentina actual. *Prensa Anuario*, nº 18. Rosario, Argentina, Escuela de Historia. Facultad de Humanidades y Artes. UNR, 1999.

⁴ Adota-se esta denominação a partir do artigo de Paul Baran: “El compromiso de los intelectuales”. *Cuaderno Pasado y Presente*, n. 3, preparado por José Aricó. Córdoba, 1968.

⁵ ANTOGNAZZI, Irma. *El papel historico del trabajo historiográfico*. Ponência apresentada en las VI Jornadas Intelectuales – Departamentos de Historia. Santa Rosa, La Pampa. Argentina, out. 1997. Por

“papel histórico do trabalho historiográfico” quero entender, aqui, a forma como incidem na sociedade as interpretações que os intelectuais vão produzindo, que se recorda, e como vai se conformando a memória coletiva.

⁶ Id., *Conocimiento y poder desde la óptica de las mayorías*. Trabalho apresentado no Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia. Caracas (Venezuela), 1993. Fora de Programa.

⁷ ENGELS, F. *La situación de la clase obrera en Inglaterra*. Buenos Aires, Editorial Futuro, 1946. Colección Los Ensayos.

⁸ “(...) *la Historia se hace ella misma de modo tal que el resultado final proviene siempre de conflictos entre gran número de voluntades individuales, cada una de las cuales esta hecha, a sua vez, de un cúmulo de condiciones particulares de existencia. Hay pues innumerables fuerzas que se entrecruzan, una serie infinita de paralelogramos de fuerzas que dan origen a una resultante: el hecho histórico. A su vez éste puede considerarse como producto de una fuerza que, tomada en su conjunto, trabaja inconscientemente y sin volición. Pues lo que desea cada individuo es obstaculizado por outro, resultando algo que nadie quería.*” ENGELS, F. *Carta a Bloch*. Londres, 21 set. 1890.

⁹ ANTOGNAZZI, Irma. *El discurso de los intelectuales del sistema acerca del trabajo*. Palestra apresentada no segundo Congresso da História del Movimiento Obrero. Confederación General del Trabajo. Biblioteca Nacional, Buenos Aires, Argentina, set. 1998.

¹⁰ Id., *Aclarando conceptos: imperialismo y globalización*. In: *Cuadernos de Historia Regional – Revista del Instituto Superior del Profesorado de Villa Constitución*, n. 16, Santa Fé, Argentina, 1998.